

Ordem dos Médicos / Relatório e Contas

2023

Av. Almirante Gago Coutinho, 151 – 1749-084 Lisboa
E. ordemosmedicos@ordemosmedicos.pt
T. (+351) 218 427 100



**ORDEM
DOS MÉDICOS**

Índice

- 3. **Relatório de Gestão**
- 16. **Execução Orçamental**
- 17. **Demonstrações financeiras**
 - 17. Balanço
 - 20. Demonstração dos resultados por naturezas
 - 21. Demonstração das alterações no fundo patrimonial
 - 22. Demonstração dos fluxos de caixa
- 23. **Anexo**
 - 56. Certificação Legal das Contas
 - 60. Relatório do Conselho Fiscal

Relatório de Gestão

Introdução

Nos termos da alínea f) do artigo 58.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, vem o Conselho Nacional submeter à apreciação da Assembleia de Representantes, o Relatório e Contas do período de 2023.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei e nos Estatutos da Ordem dos Médicos (EOM), Lei nº 117/2015 de 31 de agosto, que determina que anualmente seja apresentado o Relatório e Contas e que a OM elabora anualmente um relatório sobre a prossecução das suas atribuições (artigo 160º dos EOM), apresentam-se mapas de pormenor com a informação considerada mais relevante, com o objetivo de facilitar uma melhor compreensão e análise da situação económica e financeira da OM e da execução orçamental do ano de 2023.

A OM é constituída por cinco unidades orgânicas – Região do Sul, Região do Centro, Região do Norte, Fundo de Solidariedade e Conselho Nacional, todas elas dotadas de orçamentos e contas autónomas. As três primeiras têm inclusivamente as contas aprovadas por órgãos estatutários próprios, pelo que as contas da OM resultam da "consolidação" das contas destas unidades.

Enquadramento macroeconómico

O ano de 2023 foi marcado pelo clima de incerteza, com os impactos na economia global iniciado com a situação pandémica do Covid-19, agravado com efeitos da guerra na Ucrânia a perdurarem e, recentemente, do conflito israelo-palestiniano e a nível interno com a dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições legislativas antecipadas para março de 2024.

Em 2023 as maiores economias desaceleram, com exceção da zona euro, que cresceu ligeiramente, mas abaixo de 1%. A economia portuguesa fechou 2023 com um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,1%, tendo um comportamento mais favorável que o esperado. O investimento continuou a crescer, mantendo-se a trajetória da redução da dívida pública e privada.

A resiliência da economia portuguesa, uma economia aberta e fortemente integrada na UE, reflete a manutenção das condições de estabilidade financeira, orçamental e institucional. Entre os fatores estruturais de sustentação do crescimento num contexto mais adverso, destaque-se a melhoria continuada das qualificações da população.

Análise da atividade, situação económica, financeira e orçamental

Após a contração da atividade devido ao impacto do surto covid-19 fez-se notar ao nível da dinâmica da sua atividade depois de anos muitos difíceis desde o início da pandemia, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o ano 2022 principalmente no segundo semestre, retomou a atividade.

O ano de 2023, passou a funcionar em pleno, como se pode verificar no aumento dos gastos quando comparados com o ano transato.

Dada a especificidade da atividade da Ordem, não se perspetivam impactos que comprometem o normal funcionamento, decorrentes da guerra na Ucrânia iniciada em 2022, ainda sem fim á vista, e do conflito no médio-oriente.

Balanço

O ano de 2023 contribuiu para o reforço dos fundos patrimoniais em 1.486.139 euros. O ativo total cresceu 3%, tendo passado de 60.911.548 euros para 62.715.803 euros. O passivo total cresceu (10,7%), tendo passado de 2.968.419 euros para 3.286.535 euros, o que indicia também como já mencionado, um retomar da atividade.

	2023	Variação % 2023/2022	2022
Total do ativo	62.715.803	1.804.255	60.911.548
Total do passivo	3.286.535	318.116	2.968.419
Total dos fundos patrimoniais	59.429.268	1.486.139	57.943.129

A autonomia financeira em 2023 é de 94,8% (95,1% em 2022), o rácio de liquidez geral cifrou-se em 18,1 (19,7 em 2022) e as disponibilidades (caixa e depósitos bancários) tiveram um acréscimo de 8,9%, refletindo uma boa e sólida saúde financeira.

Rendimentos

Os rendimentos da OM, em 2023, ascenderam a 13.653.259 euros (7,3% superior ao ano anterior), conforme mapa abaixo:

	Executado 2023	Varição 2023/2022	Executado 2022	Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	Varição % orç. 2023
Rubricas						
Vendas	1.500	810	690	7.847	-6.347	-80,9%
Prestações de serviços	11.670.922	191.524	11.479.398	11.580.977	89.945	0,8%
Subsídios		-1.828	1.828	11.000	-11.000	-100,0%
Reversões	690.800	288.859	401.941	251.000	439.800	175,2%
Outros rendimentos	961.751	129.920	831.831	690.178	271.573	39,3%
Juros	328.286	319.152	9.134	7.100	321.186	4523,7%
Total de Rendimentos	13.653.259	928.436	12.724.823	12.548.102	1.105.157	8,8%

A execução orçamental ficou bastante acima do orçamentado, com exceção da rubrica de subsídios que não se concretizou, e da rubrica "vendas" que é residual, todas as outras ficaram muito acima do esperado traduzindo-se em 1.105.157 euros acima do orçamentado e 928.436 euros acima do realizado em 2022.

A rubrica "Reversões de perdas por imparidade" ficou bastante acima do orçamentado e está diretamente relacionado com o trabalho que as Regiões têm vindo a desenvolver, na cobrança de quotizações antigas em dívida. Este trabalho traduziu-se por uma maior recuperação de quotizações face ao estimado.

A rubrica que se destaca pelo aumento significativo face ao ano anterior, é a rubrica "juros", de facto houve uma grande prudência na sua orçamentação, atendendo á queda abrupta que as taxas sofreram nos anos anteriores aproximando-se de remunerações proximas de zero. O aumento das taxas de juro teve um impacto positivo muito significativo em todas as unidades orgânicas.

As rubricas "Prestações de serviços" e os "Outros rendimentos", por serem as mais relevantes para o rendimento da Ordem do Médicos, sendo responsáveis por 92,5% do total, são detalhadas na tabela abaixo.

	2023	2022	Variação % 2023/2022
Prestação de serviços			
Quotizações	9.873.758	9.734.228	139.530
Joias	550.644	513.033	37.611
Inscrições e propinas	492.518	495.747	-3.229
Patrocinios e promoções para captação recursos	632.626	642.933	-10.308
Serviços secundários	121.376	93.457	27.919
Total prestações de serviços	11.670.922	11.479.398	191.524
Outros rendimentos			
Alugueres de equipamento	24.363	150	24.213
Sinistros	8.982		8.982
Rendas e alugueres	405.376	335.573	69.803
Prediais	250.256	231.503	18.753
Outros rendimentos	272.773	264.605	8.168
Total de outros rendimentos	961.750	831.831	129.919
Total	12.632.672	12.311.229	321.443

O aumento verificado na rubrica "quotizações" fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. Este aumento do número de médicos inscritos foi transversal às três Unidades Orgânicas da OM.

A redução verificada na rubrica de inscrições e propinas foi derivada ao decréscimo do número de inscrições relacionadas com os colégios de especialidade.

A rubrica "patrocínios" reduziu 10.308 euros 2023, quando comparado com 2022, mas 99.403 euros acima se comparado com 2021 (não mostrado no mapa), isto porque em 2022 foram realizados dois congressos e por isso houve angariação de mais patrocínios. Em outros rendimentos, está registada a mais-valia da venda da participação da Sanoseguros no montante de 125.602 euros, a valorização das frações autónomas do Imóvel do CCC da Região Norte em 40.390 euros, donativos entre outros.

Gastos

Os gastos da OM, em 2023, ascenderam a 12.159.933 euros, conforme mapa abaixo:

	Executado 2023	Varição 2023/2022	Executado 2022	Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	Varição % orç. 2023
Rubricas						
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas	1.296	275	1.021	2.592	-1.296	-50%
Fornecimentos e serviços externos	5.689.209	440.840	5.248.369	6.175.345	-486.136	-8%
Gastos com o pessoal	4.508.138	789.839	3.718.299	3.919.355	588.783	15%
Gastos de depreciação e amortizações	811.944	-56.745	868.689	786.705	25.239	3%
Perdas por imparidade	445.826	-213.197	659.023	746.000	-300.174	-40%
Outros gastos	703.521	76.165	627.356	677.600	25.921	4%
Total de Gastos	12.159.933	1.037.176	11.122.758	12.307.597	-147.664	-1%

Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio negativo de apenas -1%, ou seja, houve um gasto inferior em 147.664 euros, comparativamente ao ano de 2022, registou-se um aumento de 1.037.176 euros o que corresponde a 9,3%, representativo do voltar à normalidade pós pandemia.

A rubrica de "gastos com o pessoal" foi a rubrica que apresentou um grande desvio face ao orçamentado e face ao ano anterior.

O crescimento da massa salarial, deveu-se a aumentos salariais para fazer face à perda do poder de compra, que foram suborçamentados, prémios que também não foram orçamentados, e ao reforço dos quadros de pessoal com o aumento do número de pessoas, que passou de 126, para 138 trabalhadores para uma maior e melhor resposta aos desafios atuais.

Na principal rubrica de gastos - "Fornecimentos e serviços externos", apesar de ter um aumento de 440.840 euros face ao ano anterior, pelo incremento da atividade e dos preços pela taxa de inflação, ficou aquém do orçamentado em 486.136 euros.

A rubrica de "Outros gastos" apesar de ter tido um desvio pequeno face ao orçamento, importa referir algumas das operações aqui registadas que são importantes para o conjunto dos gastos em geral da OM. Nesta rubrica está incluída a valorização dos contratos uso habitação da Região Norte efetuada com base no índice de preços ao consumidor. Estão incluídos nesta rubrica também as Bolsas, referentes ao concurso da Ordem lançado nos respetivos anos. Estas bolsas são geridas pelo Conselho Nacional. Engloba ainda o apoio aos beneficiários do Fundo de Solidariedade, que é uma das principais rubricas de gastos do FS. Esta rubrica acolhe também donativos e anulações de quotas de anos anteriores, que em 2023 na Região Sul teve alguma relevância, por ter sido levada a cabo a atualização da base de dados relativos aos Associados com isenção de quotas.

A rubrica "Perdas por imparidade" ficou bastante abaixo do orçamentado (-40%). Este montante é apurado no final do ano analisando a posição dos devedores, nomeadamente das quotizações em dívida por parte dos associados, que apesar de se manter com níveis de incumprimento elevado os esforços de cobrança das Regiões, têm-se traduzido de forma bastante positiva na recuperação de créditos antigos (aumento das reversões como já mencionado), infelizmente somaram-se novos incumprimentos, mas com um peso substancialmente inferior, ao verificados nos últimos anos.

Este tema tem merecido a atenção e a reflexão dos órgãos de gestão que, continuam a analisar e a estudar outras medidas para fazer face a este problema.

Resultado

No balanceamento dos rendimentos e gastos foi apurado um resultado positivo de 1.492.979 euros, como mostrado no mapa abaixo:

	Executado 2023	Variação 2023/2022	Executado 2022	Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	Variação % orç. 2023
Rubricas						
Total de Rendimentos	13.653.259	928.436	12.724.823	12.548.102	1.105.157	9%
Total de Gastos	12.159.933	1.037.176	11.122.758	12.307.597	-147.664	-1%
Resultados antes de impostos	1.493.325	-108.740	1.602.065	240.505	1.252.820	521%
Imposto estimado	347	347			-347	100%
Resultado Líquido	1.492.979	-109.086	1.602.065	240.505	1.253.167	521%

O duplo impacto da combinação de rendimentos acima do orçamentado e gastos abaixo do orçamentado, conduziu ao desvio positivo de 1.253.167 euros.

As rubricas que mais contribuíram para o desvio positivo, foram os juros e as reversões/imparidades de créditos a receber, como já explicado anteriormente.

Perspetivas futuras

Para 2024 perspectiva-se um crescimento anual da economia portuguesa de 2% e 2,3% em média no horizonte 2025-2026.

A atividade económica deverá continuar a apresentar um crescimento superior ao da área euro, com um dinamismo próximo do potencial, não obstante um enquadramento caracterizado por um crescimento da procura externa mais fraco e condições financeiras mais desfavoráveis face aos dos anos anteriores à pandemia.

A inflação deverá continuar a diminuir, para 2,4% em 2024 (5,3% em 2023), 2% em 2025 e 1,9% em 2026.

Apesar das incertezas das projeções e dos fatores de pressão da conjuntura económica, a OM está dotada dos meios para prosseguir a prestação de serviços com a qualidade e fiabilidade que lhe são reconhecidas.

Gestão de Riscos Financeiros

A Política de Gestão de Riscos da OM tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados as atividades desenvolvidas, bem como adotar e implementar as medidas

necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas aos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira da OM e na respetiva sustentabilidade. Os riscos são identificados e monitorizados pela Gestão.

Risco Cambial

A gestão do risco cambial controla o impacto que movimentos de flutuação das taxas de câmbio podem ter no valor patrimonial da sociedade.

No caso a OM não existe risco cambial, uma vez que as transações estão efetuadas e denominadas em Euros.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo assegurar a medição dos impactos ao nível do Balanço e Demonstração dos Resultados das variações de taxas de juro. Na OM não existe o risco de taxa de juro uma vez que a entidade não recorre a financiamentos bancários ou outros.

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito visa analisar a recuperabilidade dos valores dos membros. Na OM, nos casos de existirem risco de crédito, estes são devidamente provisionados.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento e medição dinâmica do risco financeiro, por forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras de curto e médio prazo por parte da OM para com as entidades com as quais se relacionam na sua atividade. A OM tem gerado fundos suficientes para fazer face as obrigações assumidas.

Risco da Atividade

O principal Risco para a evolução da atividade são as pressões económicas que Portugal e a Europa vivem, acima de tudo com a incerteza elevada em torno das projeções macroeconómicas, nomeadamente de repercussões mais adversas da invasão da Ucrânia e do conflito no médio-orientente.

Considerações finais

A Ordem continuará o seu processo de modernização e inovação para servir os seus membros cada vez com uma melhor eficiência, com capacidade para continuar um crescimento sustentado, disponibilizando soluções que apoiem profissionalmente e socialmente os Médicos.

Face ao que antecede, o Conselho Nacional propõe à Assembleia de Representantes:

- 1) Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2023.
- 2) Que seja efetuada a seguinte aplicação do Resultado Líquido de 1.492.978,66 euros:
 - 2.1) A importância de 1.350.270,40 euros para a conta de "Fundos";
 - 2.2) A importância de 8.200,35 euros para a conta de "Reserva" (constituição de uma reserva equivalente ao custo das sapatas das esculturas em homenagem ao trabalho dos médicos que estiveram na linha da frente no combate à pandemia de covid-19); e

2.3) A importância de 134.507,91 euros para a conta de "Resultados Transitados".

O Conselho Nacional agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Outras informações

A Ordem informa que não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

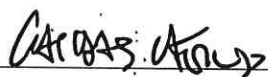
Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, cabe informar que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Execução Orçamental 2023

	Orçamento 2023	Varição orç. 2022	Executado 2023	Executado 2022
Rubricas				
Vendas	7.847	-81%	1.500	690
Prestações de serviços	11.580.977	1%	11.670.922	11.479.398
Subsídios	11.000	-100%	0	1.828
Reversões	251.000	175%	690.800	401.941
Outros rendimentos	690.178	39%	961.751	831.831
Juros	7.100	4524%	328.286	9.134
Total de Rendimentos	12.548.102	9%	13.653.259	12.724.823
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	6.175.345	-8%	5.689.209	5.248.369
Gastos com o pessoal	3.919.355	15%	4.508.138	3.718.299
Gastos de depreciação e amortizações	786.705	3%	811.944	868.689
Perdas por imparidade	746.000	-40%	445.826	659.023
Provisões	0	0%	0	0
Outros gastos	677.600	4%	703.521	627.356
Total de Gastos	12.307.597	-1%	12.159.933	11.122.758
Resultados antes de impostos	240.505	521%	1.493.325	1.602.065
Imposto estimado	0	-	347	
Resultado líquido	240.505	521%	1.492.979	1.602.065



Dr. Carlos Cortes
Bastónario e Presidente
do Conselho Nacional



**Prof. Doutor
Alberto Caldas Afonso**
Tesoureiro do Conselho Nacional

Demonstrações financeiras

Balanço / 31 dezembro 2023

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022	2023 % s/ activo	2022 % s/ activo
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	3.1; 5	22.053.764,51	22.496.016,47	35,2%	36,9%
Bens do património histórico e cultural	3.1; 6				
Propriedades de Investimento	3.1; 7				
Ativos fixos intangíveis	3.1; 6	64.841,06	90.262,65	0,1%	0,1%
Investimentos financeiros	7	18.368,86	356.913,07	0,0%	0,6%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/ assoc./membros	14.1				
Outros creditos e activos não correntes	9				
Subtotal		22.136.974,43	22.943.192,19	35,3%	37,7%

Continua na página seguinte >

Relatório e Contas /
2023

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022	2023 % s/ activo	2022 % s/ activo
Ativo corrente					
Inventários	3,1; 8	76.919,31	77.801,73	0,1%	0,1%
Créditos a receber	11.1	208.439,76	77.748,18	0,3%	0,1%
Estado e outros entes públicos	14.1	46.021,73	13.225,12	0,1%	0,0%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/ assoc./membros	11.1; 11.2	3.823.439,28	4.731.103,21	6,1%	7,8%
Diferimentos	14.3	202.502,66	136.975,68	0,3%	0,2%
Outros activos correntes	11.1	1.029.875,82	610.782,20	1,6%	1,0%
Caixa e depósitos bancários	4	35.191.630,17	32.320.995,19	56,1%	53,1%
Subtotal		40.578.828,73	37.968.631,31	64,7%	62,3%
Total do ativo		62.715.803,16	60.911.823,50	100,0%	100,0%
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos	14.8	42.893.555,50	42.412.135,71	68,4%	69,6%
Reservas	15.7	60.420,00		0,1%	
Resultados transitados	14.8	10.153.353,92	9.097.016,06	16,2%	14,9%
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	14.8	4.828.959,93	4.831.912,90	7,7%	7,9%
Subtotal		57.936.289,35	56.341.064,67	92,4%	92,5%
Resultado líquido do período	14.8	1.492.978,66	1.602.064,74	2,4%	2,6%
Total dos fundos patrimoniais		59.429.268,01	57.943.129,41	94,8%	95,1%

Continua na página seguinte ›

Relatório e Contas /
2023

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022	2023 % s/ activo	2022 % s/ activo
Passivo					
Passivo não corrente					
Outras dívidas a pagar	11.1	1.041.252,83	1.041.574,32	1,7%	1,7%
Subtotal		1.041.252,83	1.041.574,32	1,7%	1,7%
Passivo corrente					
Fornecedores	11.1	598.059,90	420.419,60	1,0%	0,7%
Estado e outros entes públicos	14.1	174.756,45	162.910,62	0,3%	0,3%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/ assoc./membros	11.1	83.568,55	89.261,40	0,1%	0,1%
Financiamentos Obtidos	14.2	3.455,71	7.231,02	0,0%	0,0%
Diferimentos	14.3	53.429,64	50.815,10	0,1%	0,1%
Outros passivos correntes	11.1	1.332.012,07	1.196.482,03	2,1%	2,0%
Subtotal		2.245.282,32	1.927.119,77	3,6%	3,2%
Total do passivo		3.286.535,15	2.968.694,09	5,2%	4,9%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		62.715.803,16	60.911.823,50	100,0%	100,0%

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022	Variação %
Vendas e serviços prestados	9	11.672.422,26		
Subsídios doações e legados à exploração	9	0,00		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1.295,53	22.496.016,47	35,2%
Fornecimentos e serviços externos	14,4	-5.689.208,93		
Gastos com pessoal	12	-4.508.138,19		
Ajustamentos de inventários (perdas/ reversões)	8	850,85	90.262,65	0,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,2	244.122,91	356.913,07	0,0%
Outros rendimentos	8	961.750,52		
Outros gastos	14,5	-703.520,88		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.976.983,01	2.396.619,68	-17,5%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	13	-811.943,59	-803.689,19	1,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.976.983,01	2.396.619,68	-17,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	9	328.285,87	9.134,25	3494,0%
Resultado antes de impostos		1.493.325,29	1.602.064,74	-6,8%
Imposto sobre o rendimento do período	10	-346,63	0,00	100,0%
Resultado líquido do período		1.492.978,66	1.602.064,74	-6,8%

**Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais
de 2023 e 2022**

Descrição	Fundos	Resultados transitados	Reservas	Outras variações no fundos	Resultado Líquido do período	Total
Posição a 31 de Dezembro de 2021	41.203.136,02	8.071.373,29		4.831.465,87	2.254.440,13	56.360.415,31
Posição a 1 de Janeiro de 2022 (ESNL)	41.203.136,02	8.071.373,29		4.831.465,87	2.254.440,13	56.360.415,31
Resultado Líquido do período de 2021	1.208.999,69	1.045.440,44			-2.254.440,13	
Outras variações		-19.797,67		447,03		-1.228.350,33
Resultado Líquido do período de 2022					1.602.064,74	1.602.064,74
Posição em 31 de Dezembro de 2022	42.412.135,71	9.097.016,06		4.831.912,90	1.602.064,74	57.943.129,41
Posição a 01 de Janeiro de 2023(ESNL)	42.412.135,71	9.097.016,06		4.831.912,90	1.602.064,74	57.943.129,41
Resultado Líquido do período de 2022	481.419,79	1.602.064,74	60.420,00		-1.602.064,74	541.839,79
Outras variações		-545.726,88		-2.952,97		-548.679,85
Resultado Líquido					1.492.978,66	1.492.978,66
Posição em 31 de Dezembro de 2023	42.893.555,50	10.153.353,92	60.420,00	4.828.959,93	1.492.978,66	59.429.268,01

Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades operacionais			
Recebimentos de associados e clientes		13.154.452,58	11.793.304,96
Pagamentos de subsídios	4	-106.374,72	-97.023,32
Pagamento a associados e fornecedores		-5.655.816,32	-4.906.199,35
Pagamentos ao pessoal		-2.724.089,70	-2.310.606,09
Caixa gerada pelas operações		4.668.171,84	4.479.476,20
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		13.123,86	8.700,65
Outros recebimentos / pagamentos		-2.025.344,46	-1.864.649,84
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		2.655.951,24	2.623.527,01
Fluxos de Caixa das Atividades Investimento			
Pagamentos de:			
Ativos fixos tangíveis		-319.536,20	-361.741,44
Ativos fixos Intangíveis		-15.854,70	-10.932,51
Investimentos financeiros			
Recebimentos de:			
Ativos fixos tangíveis		154.871,22	145.588,61
Outros ativos			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		67.500,00	
Juros e rendimentos similares		157.797,14	8.043,42
Dividendos		169.906,28	
Fluxos de Caixa das Atividades Investimento (2)		214.683,74	-219.041,92
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.870.634,98	2.404.485,09
Caixa e seus equivalentes no início do período		32.320.995,19	29.916.510,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	35.191.630,17	32.320.995,19

Anexo

1. Identificação da Entidade:

1. Designação da Entidade:

Ordem dos Médicos

2. NIPC:

500 984 492

3. Sede:

Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 151 em Lisboa

4. Natureza da atividade:

A Ordem dos Médicos é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei n.º 29171 de 24 de novembro de 1938, a quem compete representar mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos Médicos e superintender os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

Em 2015 o Estatuto da Ordem dos Médicos foi alterado, por força da Lei 117/2015, de 31 de agosto, alinhado com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro.

5. A Estrutura Funcional da Entidade:

A Ordem dispõe de órgãos próprios e a sua organização interna está sujeita ao princípio da separação de poderes, conforme art.º 10.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

A Ordem tem âmbito nacional e sede em Lisboa e está estruturada nas regiões do Norte, do Centro e do Sul, as quais têm sede, respetivamente, no Porto, em Coimbra e em Lisboa, conforme ponto 1 do art.º 2.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

1.6. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho NCRF_ESNL
- Portaria 220/2015 de 24 de julho – modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Decreto-lei n.º 98/2015, 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeira;

- Portaria 106/2011, 14 de março – Código de Contas;
- Aviso nº 6726-B/2011-14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria nº 986/2009, 07 de setembro,
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho- SNC

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os montantes de 2022.

3. Base de Apresentação e Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins;

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente, divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acréscimos» e «Diferimentos»;

c) Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes;

d) Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo;

e) Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados;

f) Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
 - A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
 - A razão para a reclassificação.
- separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados;

3.2. Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem dos Médicos de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto imóveis que se encontram valorizados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, segundo o método das quotas constantes.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registados como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

b) Bens do património histórico e cultural

Bens do Património Histórico e Cultural, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os bens na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida. No caso de bens doados, os registos têm por base os valores presentes nas declarações dos doadores.

Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis, sendo apresentados nas demonstrações financeiras pelo respetivo valor líquido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de bens do património histórico e cultural.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos. O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

d) Imparidades de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são valorizados ao preço de custo.

f) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de eventuais perdas por imparidade. Utiliza-se o custo médio como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

· Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

h) Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Médicos está abrangida pela isenção de Imposto sobre as Pessoas Coletivas ao abrigo do nº1 do Artº10 do CIRC, a determinação da matéria Coletável é efetuada somente sobre os rendimentos referidos no nº3 do mesmo artigo.

O cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, foi apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (rendas, juros bancários).

i) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a originar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras.

j) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

j') Associados e membros, créditos a receber e outros ativos correntes

Estão mensuradas ao custo deduzidas de qualquer perda de imparidade, por forma a refletirem o seu valor realizável líquido.

Estas dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

j²) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outras entidades são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

j³) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos";

j⁴) Caixas e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos realizáveis;

j⁵) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo de empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Ordem dos Médicos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não

descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e assumidos diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Médicos.

3.2.4. Impactos da Pandemia Covid 19 e Guerra na Ucrânia

O ano de 2023 já começou a respirar dos anos atípicos, da infeção pelo vírus SARS-COV-2 e que teve impactos em todos os setores da economia. 2022 e 2023 anos guerra na Ucrânia ainda sem fim á vista.

A Ordem dos Médicos não foi exceção, apesar da especificidade da sua atividade, embora os impactos não tenham comprometido o normal funcionamento, teve efeito ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, daí que a comparabilidade dos gastos deverá ter em conta esta situação atendendo a que 2022 e 2023 são anos de retomar à normalidade.

3.2.5. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

3.2.6. Gestão de riscos financeiros

Através do processo de gestão de risco, a OM controla as incertezas e ameaças que podem afetar a sua atividade tendo como objetivo a criação de valor.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

A Política de Gestão de Riscos da OM tem como objetivos assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas aos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira da Ordem e na respetiva sustentabilidade. Os riscos financeiros são identificados pela Gestão.

Risco cambial

A gestão do risco cambial controla o impacto que movimentos de flutuação das taxas de câmbio podem ter no valor patrimonial da Sociedade. No caso da OM não existe risco cambial, uma vez as transações estão denominadas em Euros.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo assegurar a medição dos impactos ao nível do Balanço e Demonstração dos Resultados das variações de taxas de juro. A OM não está sujeita ao risco de taxa de juro dado que não tem financiamentos bancários.

Risco de Crédito

Nos tempos que correm, a gestão do risco de crédito torna-se essencial, na medida que visa analisar a recuperabilidade dos valores dos Associados. O risco de crédito é monitorizado pela gestão, sendo criadas imparidades sempre que existam indícios de não recuperabilidade.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento e medição dinâmica do risco financeiro, por forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras de curto e médio prazo por parte da Entidade para com as entidades com as quais se relacionam na sua atividade.

A liquidez geral da OM é robusta pelo que dispõe de uma capacidade financeira sólida para solver os seus compromissos correntes.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, esta demonstração mostra as principais componentes de recebimentos e pagamentos brutos, a partir dos registos contabilísticos.

Abaixo é apresentada a desagregação nos montantes inscritos em caixa e depósitos bancário.

Descrição	2023	2022
Caixa	9.569,86	10.754,23
Depósitos à ordem	9.793.937,02	15.303.950,26
Outros depósitos bancários	25.388.123,29	17.006.290,70
Total caixa e depósitos bancários	35.191.630,17	32.320.995,19

O Conselho Regional do Norte deliberou manter em depósitos a prazo um fundo de reserva de montante igual ao valor atualizado dos apartamentos do CCC em regime de Contrato de Uso e Habitação, que garanta o pagamento integral em caso de resgate total.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica é composta por:

Descrição	2023	2022
Bens do património histórico e cultural	512.131,55	488.308,90
Outros ativos fixos	21.541.632,96	22.007.707,57
Total	22.053.764,51	22.496.016,47

5.1 Bens do Património Histórico e Cultural

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

Descrição	2022	Adições	Abates	2023
Bens do património histórico e cultural	488.308,90	23.822,65		512.131,55
Total	488.308,90	23.822,65		512.131,55

Descrição	2021	Adições	Abates	2022
Bens do património histórico e cultural	427.888,90	60.420,00		488.308,90
Total	427.888,90	60.420,00		488.308,90

Refere-se essencialmente a obras de arte, as quais não se depreciam.

O aumento verificado nesta rubrica em 2022 deve-se à homenagem que o Senhor Bastonário em funções em 2022 e o CN fez aos Médicos através da conceção de uma estátua dedicada ao trabalho, humanismo, solidariedade e resiliência dos médicos portugueses, não só durante a pandemia, mas no dia-a-dia. O montante de 2023 inclui as Sapatas da estrutura da referida estátua.

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas, pelo método das quotas constantes.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Relatório e Contas /
2023

Descrição	2022	Adições	Abates/ transferências	2023
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	30.345.279,20	114.431,08		30.459.710,28
Equipamento básico	1.406.387,41			1.406.387,41
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.506.938,18	129.613,09	-68.831,77	4.567.719,50
Outros ativos fixos tangíveis	815.377,71	67.578,55	2.281,21	885.237,47
Investimentos em curso				
Total ativos fixos tangíveis	41.568.332,22	311.622,72	-66.550,56	41.813.404,38
Depreciações acumuladas	19.560.624,65	776.337,60	-65.190,83	20.271.771,42
Ativo fixo tangível líquido	22.007.707,57	-464.714,88	-1.359,73	21.541.632,96

Descrição	2021	Adições	Abates/ transferências	2022
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	30.214.051,22	131.227,98		30.345.279,20
Equipamento básico	1.405.353,28	3.253,40	-2.219,27	1.406.387,41
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.396.439,88	112.221,58	-1.723,28	4.506.938,18
Outros ativos fixos tangíveis	789.688,94	26.405,84	-717,07	815.377,71
Investimentos em curso				
Total ativos fixos tangíveis	41.299.883,04	273.108,80	-4.659,62	41.568.332,22
Depreciações acumuladas	18.793.495,38	768.852,55	1.723,28	19.560.624,65
Perdas por imparidade acumuladas	65.000,00		65.000,00	
Ativo fixo tangível líquido	22.441.387,66	-495.743,75	62.063,66	22.007.707,57

Os aumentos verificados no ano, em edifícios e construções, devem-se a remodelações efetuadas numa das frações do Fundo de Solidariedade.

6. Ativos Intangíveis

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

Descrição	2022	Aumentos	Abates/ transferências	2023
Programas de computador	394.982,28		8.462,40	403.444,68
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	104.866,36		-8.462,40	96.403,96
Investimentos em curso	30.750,00	10.184,40	0,00	40.934,40
Ativo intangível bruto	531.472,77	10.184,40	0,00	541.657,17
Amortizações acumuladas	441.210,12	35.605,99	0,00	476.816,11
Ativo intangível líquido	441.210,12	-25.421,59	0,00	64.841,06

Descrição	2021	Aumentos	Abates/ transferências	2022
Programas de computador	394.982,28	0,00	0,00	394.982,28
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	32.890,20	71.976,16		104.866,36
Investimentos em curso	41.860,30	52.403,46	-63.513,76	30.750,00
Ativo intangível bruto	470.606,91	124.379,62	-63.513,76	531.472,77
Amortizações acumuladas	341.373,48	99.836,64	0,00	441.210,12
Ativo intangível líquido	129.233,43	24.542,98	-63.513,76	90.262,65

O aumento verificado em investimentos em curso diz respeito, ao desenvolvimento iniciado em 2022 da nova plataforma da Gestão de médicos para substituição da existente.

7. Investimentos Financeiros

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

Método da equivalência patrimonial	2022	Aumentos	Distribuição de resultados/ reembolsos	Ganhos/ perdas pela alienação da participação	2023
Sano-Seguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.	339.330,13		464.932,48	125.602,35	0,00
Total	339.330,13			125.602,35	0,00
Fundos de compensação	17.582,94	785,92			18.368,86
Total	17.582,94	785,92	0,00		18.368,86
Total	356.913,07	785,92	0,00	125.602,35	18.368,86

Método da equivalência patrimonial	2021	Aumentos	Distribuição de resultados/ reembolsos	Ganhos/ perdas pela alienação da participação	2022
Sano-Seguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.	268.718,55		464.932,48	70.611,58	339.330,13
Total	268.718,55			70.611,58	339.330,13
Fundos de compensação	14.673,48	4.782,14	1.872,68		17.582,94
Total	14.673,48	4.782,14	1.872,68		17.582,94
Total	283.392,03	4.782,14	1.872,68	70.611,58	356.913,07

A participação de 66,7% da Sanoseguros foi vendida em janeiro de 2023.

8. Inventários

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e referem-se essencialmente a livros relacionados com a medicina entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Mercadorias	2023			2022		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
C.N.E.	50.659,90	50.659,90	0,00	51.122,47	51.122,47	0,00
Fundo de Solidariedade	637,07	637,07	0,00	637,07	637,07	0,00
S.R. Norte	69.640,62	9.557,50	60.083,12	70.523,04	9.557,50	60.965,54
S.R. Centro	40.922,87	24.086,68	16.836,19	40.922,87	24.086,68	16.836,19
S.R. Sul	43.988,17	43.988,17	0,00	44.376,45	44.376,45	0,00
Total mercadorias	205.848,63	128.929,32	76.919,31	207.581,90	129.780,17	77.801,73

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos inventários foi como se segue:

Mercadorias	2023	2022
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	129.780,17	123.722,17
Perdas por imparidade do período	0,00	7.474,40
Reversões de perdas por imparidade do período	-850,85	-1.416,40
Perdas por imparidade acumuladas	128.929,32	129.780,17
Perdas/reversões por imparidade	-850,85	6.058,00

A quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme segue:

Mercadorias	2023	2022
Saldo inicial	207.581,90	206.923,69
Compras	173,50	1.668,63
Regularizações	-611,24	10,67
Saldo inicial	205.848,63	207.581,90
Gasto do período - mercadorias	1.295,53	1.021,09

9. Réditos

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	2023	2022
Vendas		
Vendas tabelas hemoderivados	340,06	166,56
Outros artigos	294,32	209,77
Livros	865,90	313,24
Subtotal vendas	1.500,28	689,57
Prestação de serviços		
Quotizações	9.873.758,01	9.734.227,63
Jóias	550.644,01	513.033,00
Inscrições e propinas	492.518,40	495.746,91
Promoções para captação de recursos	61.373,74	4.427,24
Patrocínios	571.252,03	638.506,06
Serviços secundários	121.375,79	93.457,19
Subtotal prestações de serviços	11.670.921,98	11.479.398,03
Total de vendas e prestações de serviços	11.672.422,26	11.480.087,60
Subsídios e doações		1.827,84
Reversões	690.800,06	401.941,00

Continua na página seguinte >

	2023	2022
Outros rendimentos		
Alugueres de equipamento	24.363,12	150,00
Sinistros	8.982,34	
Rendas e alugueres	405.376,21	335.573,45
Prediais	250.255,52	231.502,59
Outros rendimentos	272.773,29	264.605,38
Total de outros rendimentos	961.750,48	831.831,42
Juros		
Juros de depósitos	328.285,87	9.134,25
Total juros	328.285,87	9.134,25
Total do rédito	13.653.258,67	12.724.822,11

O aumento verificado na rubrica "quotizações" fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. A redução verificada na rubrica de inscrições e propinas, está relacionada com o decréscimo de inscrições com os colégios de especialidade face a 2022.

Na rubrica de "rendas e alugueres" estão registados os rendimentos associados com alugueres de salas, restaurante e Casa de São Rafael. O acréscimo verificado tem a ver com um aumento de eventos ocorridos em 2023, decorrentes do facto de ser um ano do regresso á normalidade pós pandemia.

Na rubrica de sinistros, estão registadas indemnizações relativas a dois sinistros, por infiltração de água.

A rubrica "Prediais" refere-se aos rendimentos das frações dos três edifícios do Fundo de Solidariedade. Têm vindo a ser realizadas obras para poderem ser recolocadas no mercado de arrendamento. Durante o ano de 2023 foram sendo recolocadas, o que explica o acréscimo verificado. Na sub-rubrica "outros rendimentos", estão registadas a mais-valia da venda da participação Sanoseguros, realizada em janeiro de 2023, protocolo com o Banco Santander Totta, recuperação de gastos, subsídios donativos, etc.

Nessa rubrica de outros rendimentos está também incluída a desvalorização do CCC, que de acordo com o Regulamento dos Contratos do Direto de Uso de Habitação, o montante do resgate é calculado com base no valor de aquisição depreciado anualmente em 3% e valorizado pela taxa de inflação publicada pelo INE conjugada com o limite previsto na Clausula 13^a do Regulamento, se aplicável. Durante o ano não houve quaisquer vendas ou resgates de apartamentos.

10. Impostos sobre o rendimento

O resultado fiscal da Ordem para 2023 à semelhança dos anos anteriores foi negativo. O imposto apurado, refere-se a tributações autónomas.

11. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

11.1 Bens do Património Histórico e Cultural

Membros, créditos a receber, fornecedores, créditos a receber e outros ativos e passivos correntes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Ativos correntes						
Membros	8.439.483,27	4.616.043,99	3.823.439,28	9.591.270,11	4.860.166,90	4.731.103,21
Créditos a receber	216.621,19	8.181,43	208.439,76	85.929,61	8.181,43	77.748,18
Outros ativos correntes	1.030.024,82	149,00	1.029.875,82	610.904,20	149,00	610.755,20
Total ativo corrente	9.686.129,28	4.624.374,42	5.061.754,86	10.288.103,92	4.868.497,33	5.419.606,59
Total ativo corrente e não corrente	9.686.129,28	4.624.374,42	5.061.754,86	10.288.103,92	4.868.497,33	5.419.606,59
Passivo não corrente						
Membros	1.041.252,83		1.041.252,83	1.041.574,32		1.041.574,32
Total do passivo não corrente	1.041.252,83		1.041.252,83	1.041.574,32		1.041.574,32
Fornecedores	598.059,90		598.059,90	420.419,60		420.419,60
Membros	83.568,55		83.568,55	89.261,40		89.261,40
Outros passivos correntes	1.332.012,07		1.332.012,07	1.196.482,03		1.196.482,03
Total passivo corrente	2.013.640,52		2.013.640,52	1.706.163,03		1.706.163,03
Total passivo corrente e não corrente	3.054.893,35		3.054.893,35	2.747.737,35		2.747.737,35

A rubrica "outros ativos correntes" inclui o montante de 593.288,11 euros referentes ao Fundo Mutualista do Montepio Geral do Fundo de Solidariedade.

O montante apresentado no passivo não corrente "Membros", está registada a responsabilidade pelo resgate integral referente às habitações vitalícias afetas à Região Norte.

No passivo na rubrica "outros passivos correntes" estão considerados os acréscimos de gastos. A estimativa para férias e subsídio de férias a liquidar em 2023, e as bolsas a atribuir pela Ordem relativas ao concurso lançado em 2020 e 2021 e 2022 e 2023 são as componentes com maior peso desta rubrica.

11.2 Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Membros e associados:

O cálculo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida no cumprimento da característica qualitativa da prudência e do pressuposto da consistência com os anos anteriores.

Os saldos são apresentados no Balanço como mostrado abaixo:

	2023			2022		
	Dívidas de associados	Perdas por Imparidade	Total	Dívidas de associados	Perdas por Imparidade	Total
Até 2 anos	3.773.545,70		3.773.545,70	4.731.103,21		4.731.103,21
> 2 anos	4.665.937,57	4.616.043,99	49.893,58	4.860.166,90	4.860.166,90	
	8.439.483,27	4.616.043,99	3.823.439,28	9.591.270,11	4.860.166,90	4.731.103,21

As reversões e perdas por imparidade de dívidas a receber e membros reconhecidas em 2023 apresentam a seguinte composição:

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas de imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	445.826,30	-689.949,21	-244.122,91
	445.826,30	-689.949,21	-244.122,91

Apesar dos esforços de cobrança continuam a ser muitos os membros que não liquidam as quotas devidas.

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade de dívidas a receber foi como se segue:

	2023	2022
Membros		
Saldo inicial	4.860.166,90	4.544.143,43
Perdas por imparidade no período	445.826,30	651.548,52
Reversões	-689.949,21	-335.525,05
Saldo final	4.616.043,99	4.860.166,90
Outros créditos a receber		
Saldo inicial	7.346,43	7.346,43
Perdas por imparidade no período	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00
Saldo final	7.346,43	7.346,43
Total Gasto do período	-244.122,91	316.023,47

12. Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	136.593,04	97.209,00
Remunerações do pessoal	3.551.110,59	2.882.924,88
Benefícios pós Emprego	15.948,00	15.948,00
Indemnizações	6.324,00	37.707,50
Encargos sobre remunerações	726.571,66	601.768,80
Seguros de acidentes de trabalho	24.875,57	19.854,87
Outros gastos com o pessoal	46.715,33	62.886,31
Total	4.508.138,19	3.718.299,36

O aumento verificado nos gastos com o pessoal face a 2022 ficou a dever-se ao aumento do número de pessoas ao serviço da Ordem, em todas as unidades Orgânicas, à atribuição de um prémio a todos os funcionários, no montante equivalente a um mês de remuneração e aos aumentos salariais.

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e indemnizações.

A Ordem não tem quaisquer compromissos relacionados com pensões de reforma. Em 31 de dezembro de 2023 a Ordem tinha 138 pessoas ao serviço, e em 2022, 126 pessoas ao serviço.

13. Gastos de Amortizações e Depreciações e Reversões

Abaixo é apresentado o detalhe das depreciações, amortizações e reversões do exercício.

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	639.810,75	651.253,90
Equipamento básico	14.090,64	14.661,48
Equipamento administrativo	91.479,87	82.911,03
Outros ativos fixos tangíveis	30.956,34	20.026,14
Total de depreciações	776.337,60	768.852,55
Ativos intangíveis		
Programas de computador	35.605,99	99.836,64
Total de amortizações	35.605,99	99.836,64
Reversões de perdas de imparidade de AFT		
Edifícios e outras construções	0,00	-65.000,00
Total de amortizações	0,00	-65.000,00
Total de reversões amortizações e depreciações	811.943,59	803.689,19

14. Outra informações

14.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Ativos		
Retenção de impostos sobre rendimento	46.021,73	13.225,12
Total	46.021,73	13.225,12
Passivos		
IRC estimado	346,63	0,00
Retenção de impostos sobre rendimento	54.171,47	70.621,30
Imposto sobre o valor acrescentado	31.454,19	21.376,27
Contribuições para a segurança social	88.784,16	70.266,89
Outros impostos	0,00	646,16
Total	174.756,45	162.910,62
Total	-128.734,72	-149.685,50

A entidade não tem contribuições nem Impostos em mora, pelo que os montantes inscritos no passivo dizem respeito a contribuições e impostos que se vencem em 2024, e que á data da prestação de contas já se encontram liquidados.

O IRC estimado, refere-se a tributações autónomas.

14.2 Financiamentos obtidos

O montante de 3.455,71 euros registado nesta rubrica, diz respeito ao saldo do cartão de crédito que é liquidado no mês seguinte. Este cartão é utilizado para pagamento de pequenas despesas correntes on-line.

14.3 Diferimentos

No ativo esta rubrica inclui diversas naturezas de gastos a reconhecer, sendo os mais relevantes; seguros, comunicações, licenças informáticas, economato e limpeza e artigos para ofertas (medalhas, emblemas entre outros).

No passivo na rubrica "diferimentos" estão incluídos os rendimentos a reconhecer provenientes de rendas.

14.4 Fornecimentos e serviços externos

A quantia de fornecimento e serviços externos reconhecida como gasto do período detalha-se como se segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	1.906.235,82	1.575.744,66
Publicidade e propaganda	73.044,84	79.180,29
Vigilância e segurança	345.751,40	343.250,93
Honorários	337.124,42	566.024,20
Comissões	0,00	2.355,00
Conservação e reparação	357.149,70	289.984,95
Serviços bancários	61.983,45	51.069,79
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	29.885,82	30.855,07
Livros e documentação técnica	3.907,70	1.957,63

	2023	2022
Material de escritório	71.906,40	57.803,08
Outros materiais	788,25	26.268,10
Artigos para oferta	90.176,89	22.740,37
Electricidade	112.796,08	162.343,36
Combustíveis	25.725,86	19.239,61
Água	60.493,81	43.708,18
Gás	20.943,56	30.927,78
Deslocações e estadas	597.112,09	457.960,97
Transportes de pessoal	3.154,98	2.456,77
Transportes de mercadorias	126,22	86,57
Rendas e alugares	145.894,27	194.187,67
Comunicação	462.636,49	396.193,71
Seguros	376.669,96	355.563,25
Royalties	0,00	7.753,08
Contencioso e notariado	1.889,99	11.031,46
Despesas de representação	589,50	1.390,00
Limpeza higiene e conforto	221.633,30	199.225,82
Diversos	381.588,13	319.067,08
Total	174.756,45	5.248.369,38

A rubrica de “trabalhos especializados”, corresponde a 33,5% do total dos “Fornecimentos e serviços externos”, esta rubrica inclui serviços, de consultoria jurídica, contabilidade, restauração/catering, serviços contratados para as eleições, serviços especializados com as revistas e os gastos com as cédulas profissional.

O incremento da rubrica de deslocações e estadas está diretamente relacionada com o regresso á normalidade pós-Covid, que se traduziu por um maior dinamismo dos Colégios da especialidade e Internacional, conjugado com o aumento dos preços associados a deslocações.

O decréscimo verificado na rubrica "eletricidade" tem a ver com a diminuição significativa dos preços de mercado da eletricidade em 2023.

O montante registado em 2022 de royalties diz respeito aos direitos pagos ao National Board of Medical Examiners (NBME) inerentes à prova nacional de acesso.

A rubrica "diversos" tem um peso significativo, pois são aqui registadas também despesas com eleições, Revista Medi.com e despesas associadas a outros eventos.

14.5 Outros gastos

A quantia de outros gastos, reconhecida como gasto em 2023 e 2022, detalha-se como se segue:

	2023	2022
Impostos	71.289,18	61.180,93
Subsídios de assistência	119.747,76	118.056,05
Quotizações	47.482,24	44.134,05
Outros	465.001,70	403.984,86
Total	703.520,88	627.355,89

14.6 Garantias e avales

Existe uma garantia bancária emitida pelo BCP no montante de 15.568 euros, prestada ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS IP), para suspender a ação de execução instaurado pelo ISS IP, relativa a divergências de montantes declarados e pagos, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Esta situação foi analisada em 2012 e foram efetuadas as necessárias retificações e pagamentos, pelo que desde essa data que a Ordem aguarda que o ISS IP dê o processo por encerrado, para se poder efetuar o levantamento da garantia bancária.

14.7 Passivos contingentes

No ano de 2023 a entidade tinha pendentes alguns processos contra si, uns com pedidos indemnizatórios e outros sem pedidos indemnizatórios. Do total dos processos com pedidos indemnizatórios não se espera que venham a resultar em obrigações futuras significativas passíveis de constituição de provisões.

A Ordem dispõe de um seguro que cobre riscos de ações que lhe possam ser desfavoráveis.

14.8 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "fundos patrimoniais" apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Fundos	42.893.555,50	42.412.135,71
Reservas	60.420,00	
Resultados transitados	10.153.353,92	9.097.016,06
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.828.959,93	4.831.912,90
Resultado líquido do período	1.492.978,66	1.602.064,74
Total	59.429.268,01	57.943.129,41

Conforme decidido em Assembleia Geral, 481.419,79 euros foram transferidos para reforço dos Fundos, 60.420 euros para a constituição de uma reserva (equivalente ao custo da escultura) o remanescente foi transferido para resultados transitados.

A variação ocorrida em "outras variações nos fundos patrimoniais" diz respeito à anulação de depreciações no montante de 2.952,97 euros relativo ao subsídio da Câmara Municipal da Guarda à Região Centro.

A variação ocorrida na rubrica de resultados transitados, deve-se à transferência integral do resultado do ano de 2022 no montante de 1.602.064,74 euros, deduzida do reforço para Fundos no montante de 481.419,79 euros, deduzida da transferência para reservas de 60.420 euros e anulação de quotizações antigas.

O Resultado líquido do exercício, foi positivo de 1.492.978,66 euros, propõe-se que seja aplicado da seguinte forma: 1.350.270,40 euros em Fundos, 8.200,35 euros para a constituição de uma reserva (equivalente ao custo das sapatas da escultura) e o remanescente para resultados transitados.

14.9 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem informa que não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, cabe informar que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários totais do Revisor Oficial de Contas, no exercício de 2023, foram de 11.760 euros, relativamente à auditoria e revisão legal de contas.

15. Outras considerações

Em 26 de março de 2020, foi celebrado um Protocolo entre a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), a Ordem dos Médicos (OM) e a Ordem dos Farmacêuticos (OF), no qual regularam, outros aspetos a atribuição de contributos monetários/ apoios financeiros ou em espécie das empresas associadas da APIFARMA à Ordem dos Médicos e à Ordem dos Farmacêuticos, para o apoio à aquisição de equipamentos hospitalares, equipamentos de proteção individual e outros materiais necessários aos profissionais de saúde que se encontravam a trabalhar nas instituições de saúde, nomeadamente no atendimento das situações relacionadas com a COVID-19 e que tinham como destinatários as instituições de saúde de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Para o efeito, os bastonários da Ordem dos Médicos e dos Farmacêuticos, bem como um representante da APHUFARMA abriram uma conta conjunta denominada Conta Solidária, junto de uma instituição bancária, através da qual ficaram fiéis depositárias de contribuições financeiras para que, no uso criterioso desses fundos, pudessem, de acordo com as necessidades e prioridades, canalizar para as instituições, profissionais e doentes, material ou bens que consideremos essenciais.

Resumo dos movimentos ocorridos no Fundo Solidário desde a sua constituição até ao seu encerramento (10 de março de 2023):

1. Donativos transferidos para a conta solidaria (entradas), no valor Global de 1.422.962,30 euros;
2. Aquisição de bens e transferência de apoios a terceiros, no montante de 1.265.446,72 euros (saídas);
3. Pagamento das obras da Ala do Hospital de Santo António 50.000 euros + comissão de 5,20 euros;
4. Entrega do saldo remanescente de 107.382,27 euros, à AICIB – Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica entidade que apoia, financia e promove a investigação clínica e de transladação, bem como a inovação biomédica. + comissão de 5,20 euros;

16. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

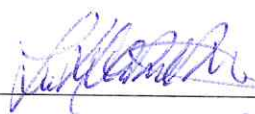
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Nacional e autorizadas para emissão em 14 de abril de 2024.

16. Eventos subsequentes


Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

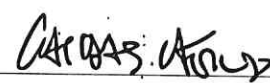
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Nacional e autorizadas para emissão em 14 de abril de 2024.



Dra. Isabel Proença Adão
CC 18559



Dr. Carlos Cortes
Bastonário e Presidente
do Conselho Nacional



**Prof. Doutor
Alberto Caldas Afonso**
Tesoureiro do Conselho Nacional



**ORDEM
DOS MÉDICOS**